

“Memorável dia 8”: os significados da prisão de um Governador, da fuga do malvado Vigário e da trama de um Coronel corrompido (Sergipe, 1820-23)

Anderson Pereira dos Santos¹

Resumo

Em 8 de julho de 1820, D. João VI isentava a Capitania de Sergipe da sujeição à Bahia e a declarava independente totalmente. No entanto, a Bahia não aceitou facilmente a decisão de D. João e criou vários obstáculos. Compreenderemos três fatos: a prisão do Governador Carlos Burlamaqui, a fuga do Vigário da Freguesia de N. Sra. do Socorro de Cotinguiba Antônio José Gonçalves de Figueiredo e a trama do Coronel José de Barros Pimentel, histórias interligadas que demonstram a multiplicidade de posições políticas e de interesses pessoais. O método utilizado foi da *história conectada*. O principal referencial teórico foi a teoria social de Pierre Bourdieu. Concluímos que no processo de independência de Sergipe a identidade sergipense foi ressignificada e que a autonomia local se conecta com diferentes conjunturas dentro e fora do Império Português.

Palavras-chave: Independência. Identidade. Sergipense.



1 Graduado em História pela Universidade Federal de Sergipe (2005), especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade Cândido Mendes (2018), mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe (2009), doutor em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (2013-2017), com doutorado sanduíche na Universidade de Évora/PT (2015). Pós-doutorando no Centro de Investigação em Ciência Política da Universidade de Évora (2019). Membro do Grupo de Pesquisa Mundo Atlântico e Colonização Portuguesa (UFS). Atualmente é professor EBTT- Substituto do Instituto Federal de Sergipe - Campus Itabaiana, e, professor do Ensino Médio no CETAF-AJU do SENAI-SE. E-mail: andersonpereira.s@hotmail.com

“Memorable day 8”: the meanings of the arrest of a Governor, the flight of the evil Vicar and the plot of a corrupted Colonel (Sergipe, 1820-23)

“Día 8 memorable”: los significados del arresto de un gobernador, la fuga del malvado Vicario y la trama de un Coronel corrupto (Sergipe, 1820-23)

85



Abstract

On July 8, 1820, D. João VI exempted the Captaincy of Sergipe from subjection to Bahia and declared it totally independent. However, Bahia did not easily accept D. João's decision and created several obstacles. We will understand three facts: the arrest of Governor Carlos Burlamaqui, the escape of the parish priest of N. Sra. Do Socorro from Cotinguiba Antônio José Gonçalves de Figueiredo and the plot of Colonel José de Barros Pimentel, interconnected stories that demonstrate the multiplicity of political positions and personal interests. The method used was connected history. The main theoretical framework was Pierre Bourdieu's social theory. We conclude that in Sergipe's independence process Sergipe's identity was re-signified and that local autonomy is connected with different circumstances within and outside the Portuguese Empire.

Keywords: Independence. Identity. Sergipense.

Resumen

El 8 de julio de 1820, D. João VI eximió a la Capitanía de Sergipe de la sujeción a Bahía y la declaró totalmente independiente. Sin embargo, Bahía no aceptó fácilmente la decisión de D. João y creó varios obstáculos. Entenderemos tres hechos: el arresto del gobernador Carlos Burlamaqui, la fuga del párroco de N. Sra. Do Socorro de Cotinguiba Antônio José Gonçalves de Figueiredo y la trama del coronel José de Barros Pimentel, historias interconectadas que demuestran la multiplicidad de posiciones políticas, e intereses personales. El método utilizado fue la historia conectada. El marco teórico principal fue la teoría social de Pierre Bourdieu. Concluimos que en el proceso de independencia de Sergipe, la identidad de Sergipe fue re-significada y que la autonomía local está conectada con diferentes circunstancias dentro y fuera del Imperio portugués.

Palabras clave: Independencia. Identidad. Sergipense

A prisão de um governador

Em 1806, as Câmaras do Piauí em representação pediam a autonomia da Capitania do Piauí em relação ao Maranhão, naquela época governada por **Carlos César Francisco Burlamaqui**². A reação do governador e capitão-general do Estado do Maranhão, D. José Tomás de Meneses, foi violenta e vingativa³. Em 1810, **Burlamaqui** perdeu a honra, foi deposto **do cargo de Governador** do Piauí, teve seus bens móveis sequestrados e confiscados a Real Fazenda e ao Fisco, preso e conduzido por um destacamento para a Cidade do Maranhão⁴. Sem devassa contra e para se defender das intrigas que fizeram as autoridades maranhenses, **Burlamaqui** foi substituído por um oficial nomeado pelo governador do Maranhão, contrariando as leis reais⁵. **Algum tempo depois, Carlos Burlamaqui** foi solto, e, **para compensar as perdas sofridas** na época de seu Governo no Piauí seria nomeado Governador de Sergipe.



- 2 **Carlos César Francisco Burlamaqui** nasceu na Freguesia de Nossa Senhora do Loreto, em Lisboa, no ano de 1775. Carlos era filho de **Hippólito Burlamachi** um italiano da cidade de Lucca da Região da Toscana, com **Matildes Valentina Pedegache Brandão** uma lisboeta. A sua carreira militar no Império Português se inicia no posto de Aspirante Guarda Marinha, depois Alferes de um regimento de Infantaria em Goa na Índia, Tenente e Capitão de Infantaria da Legião de Tropas Ligeiras, Sargento-mor do Regimento do Macapá no Pará (1799), Capitão-Mor da Capitania de São José do Piauí (1806-1810), Governador da Província de Sergipe (1820), Tenente coronel do Estado Maior do Exército (1821). Professor da Ordem de Cristo, e Presidente da Junta da Real Fazenda. Requerimento do tenente da Legião de Tropas Ligeiras, Carlos César Burlamaque, para a rainha [D. Maria I], solicitando a sua nomeação para o posto de sargento-mor do Regimento do Macapá. [Post. 1799, abril, 2, Pará]. AHU_CU_013, Cx. 114, D. 8847. Decreto do príncipe regente D. João, nomeando o capitão de Infantaria da Legião de Tropas Ligeiras, Carlos César Burlamaqui, como governador da capitania do Piauí. Queluz, 28 de Janeiro de 1805. AHU_CU_016, Cx. 28, D. 1431. Carta do governador Piauí, Carlos César Burlamaqui, ao príncipe regente [D. João], sobre sua posse no dito cargo, formalizada pela Câmara da cidade de Oeiras do Piauí, 22 de janeiro de 1806. AHU_CU_016, Cx. 29, D. 1474. Carta régia do príncipe regente D. João ao bispo do Maranhão, D. Luís de Brito Homem, e mais governadores interinos da capitania do Maranhão, sobre o desacerto e estranho procedimento praticado com o governador da capitania do Piauí, Carlos César Burlamaqui. Palácio do Rio de Janeiro, 1811-03-08. ANTT - Projecto Reencontro mf. 130. (Col. IHGB DL 178,47.02) 1412.
- 3 Ofício do [ex-governador do Piauí], Carlos César Burlamaqui, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde das Galveias, [João de Almeida Melo e Castro], sobre a forma injusta como foi afastado do governo do Piauí pelo governador do Maranhão, [D. José Tomás de Meneses]. 1810, Dezembro, 10, [Maranhão]. AHU-Piauí, cx. 23, doc. 35.
- 4 Ofício do [ex-governador do Piauí], Carlos César Burlamaqui, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde das Galveias, [João de Almeida Melo e Castro], sobre a forma injusta como foi afastado do governo do Piauí pelo governador do Maranhão, [D. José Tomás de Meneses]. 1810, Dezembro, 10, [Maranhão]. AHU-Piauí, cx. 23, doc. 35.
- 5 Carta (cópia) do [governador do Piauí], Carlos César Burlamaqui, ao príncipe regente [D. João], sobre a sua suspensão do governo do Piauí, a sua prisão e o sequestro de seus bens, documentos e papéis particulares, sem haver nenhum processo contra sua pessoa, para defender-se das intrigas que contra ele fizeram as autoridades do Maranhão; a sua substituição por um oficial nomeado pelo governador e capitão-general do Estado do Maranhão, [D. José Tomás de Meneses], contrariando as leis reais; e solicitando retornar ao seu posto. 1810, Outubro, 30, Oeiras do Piauí. AHU-Piauí, cx. 23, doc. 35.

Em 8 de julho de 1820, D. João VI *isentava a Capitania de Sergipe da sujeição ao Governo da Bahia, declarando-a independente totalmente. Estabelecia que o Governador administrasse na forma praticada nas mais Capitânicas independentes, comunicando-se diretamente com as Secretarias de Estado competentes, e podendo conceder sesmarias na forma das Reais Ordens.*⁶ Inicialmente, nem os “homens bons” de Sergipe e nem da Bahia se opuseram ao decreto real. Depois, as autoridades civis e militares de Sergipe⁷ e Bahia não aceitaram a tal independência. (LEMOS, 2018, p.33)

A assinatura do decreto de 8 de julho de 1820 foi um ato administrativo. O desmembramento do governo de Sergipe do da Bahia se enquadraria no âmbito das reformas administrativas do *Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, iniciadas desde 1815. Ao criar um governo independente, o Rei elevava a mais ampla jurisdição tal capitania. Na prática libertava da subordinação do Governo-geral da Bahia, tudo o que dizia respeito das sugestões de oficiais militares e nomeações interinas de ofícios. Essa organização administrativa facilitaria a comunicação fiscal, militar e política do governo de Sergipe com o Rei, e, desenvolveria a colonização do território*⁸. Então, possivelmente as causas para a independência de Sergipe foram: 1) favorecer o bom governo do Brasil; 2) prosperar em negócios, sucessos e bens o Reino do Brasil; 3) ter uma comunicação direta e mais eficiente com o Reino; e 4) colonizar o território.⁹

Essas causas são diferentes da apontada por Felisbela Freire (1977, p. 223), que afirmou ser “a elevação da Comarca de Sergipe a categoria de capitania independente um reconhecimento dos serviços prestados pelos habitantes de Sergipe perante a Revolução de 1817. Argumento, também, defendido por José Ibarê Costa Dantas (2016, p. 34).¹⁰ São diferentes, ainda, dos apontados por Maria Thetis Nunes (1978, p. 32), em que o decreto decorreu da prosperidade econômica que Sergipe alcançou no setor açu-

6 Decreto sem nº, torna independente a capitania de Sergipe, que estava subordinada à da Bahia, 8/7/1820. ANRIO - BR RJANRIO 22.0.0.6048

7 Entre eles, Guilherme José Nabuco de Araújo filho de Manuel Fernandes Nabuco, Cirurgião Ajudante do 2º Regimento de Infantaria de Salvador, e de Mariana Josefa Joaquina dos Mártires Sá Araújo. Nasceu em 1786 em Salvador/BA e faleceu em 25/03/1825 em Estância/SE. Foi a Alferes (1809), Tenente da Legião de Caçadores, Sargento-Mor de Infantaria da Legião de Milícias de Santa Luzia do Rio Real, na Capitania de Sergipe d’El Rey (1817), Coronel (1821), Brigadeiro graduado (1822), Comandante interino das Armas de Sergipe (1823) e Juiz ordinário da vila de Estância/SE.

8 Decreto sem nº, torna independente a capitania de Sergipe, que estava subordinada à da Bahia, 8/7/1820. ANRIO - BR RJANRIO 22.0.0.6048

9 Decreto de 8 de julho de 1820. Isenta a Capitania de Sergipe da sujeição ao governo da Bahia, declarando-a independente totalmente. Collecção das Leis do Brazil de 1820. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1889. pg. 48.

10 Esse autor afirma que Sergipe participara das lutas pela independência ao lado da legalidade e foi formalmente emancipado.



careiro no século XVII. E, são dessemelhantes, também, dos defendidos por *Edna Maria Matos Antônio (2011)*, que defende a ideia de que a Independência de Sergipe deve ser considerada como parte do processo de Independência do Brasil.

Assim, o decreto de 8 de julho de 1820 logo caducou, ou seja, perdeu legitimidade. Foi uma lei obsoleta. Se tinha a ordem, mas a mesma não era reconhecida pela Capitania da Bahia detentora de um poderio militar capaz de subjugar Sergipe. Naquela época, Sergipe não tinha condições militares de resistir a Bahia, sem tropas regulares, nem armamentos e pólvora.

Carlos Burlamaqui foi nomeado governador de Sergipe em 25 de julho de 1820¹¹, sendo seus ajudantes de ordens os seus filhos, o Tenente Frederico Leopoldo Cesar Burlamaqui, e, o Alferes Trajano Cesar Burlamaqui. Em 3 de janeiro de 1821, Carlos Burlamaqui chegava a Bahia¹². Em sua permanência naquela Capitania, Burlamaqui junto com o Conde de Palma da Real Junta da Fazenda fizeram um termo declaratório em que as rendas ficariam pertencentes a Sergipe de 1 de janeiro de 1821 em diante¹³. No dia 5 de fevereiro de 1821, Carlos Burlamaqui saía da Bahia já atordoado com o atentado praticado¹⁴ no dia 10 de fevereiro, mas só haveria de chegar em Sergipe na tarde do dia 19 de fevereiro do mesmo ano¹⁵. (BRITO, 1983, p. 25) O Governador de Sergipe Luiz Antônio da Fonseca Machado já estava aflito por saber que o Burlamaqui fora perseguido por terra para desistir e não tomar posse¹⁶. Diante disso, o Luiz Machado combinou com o Burlamaqui para lo dá posse no dia seguinte.

- 11 Ofício do governador de Sergipe d'El-Rei, Carlos César Burlamaque, preso no forte do mar da Bahia, ao secretário de estado dos Negócios do Reino, Inácio da Costa Quintela, remetendo vários documentos, nos quais justifica e garante a sua fidelidade. 1821, Maio, 12, Bahia. AHU_ACL_CU_005, Cx. 263, D. 18581.
- 12 Ofício do governador de Sergipe d'El-Rei, Carlos César Burlamaque, preso no forte do mar da Bahia, ao secretário de estado dos Negócios do Reino, Inácio da Costa Quintela, remetendo vários documentos, nos quais justifica e garante a sua fidelidade. 1821, Maio, 12, Bahia. AHU_ACL_CU_005, Cx. 263, D. 18581.
- 13 Ofício do governador de Sergipe d'El-Rei, Carlos César Burlamaque, preso no forte do mar da Bahia, ao secretário de estado dos Negócios do Reino, Inácio da Costa Quintela, remetendo vários documentos, nos quais justifica e garante a sua fidelidade. 1821, Maio, 12, Bahia. FI.8. AHU_ACL_CU_005, Cx. 263, D. 18581.
- 14 Carlos Cesar Burlamaque se referia ao fato da Cidade da Bahia proclamar a Constituição no dia 10 de fevereiro entregando o Governo da Província a 10 cidadãos.
- 15 Ofício do Governador de Sergipe, Carlos César Bulamarqui para Tomás Antônio de Vila Nova Portugal dando ciência dos acontecimentos que envolveram sua posse no governo de Sergipe. Sergipe del Rey, 23 de fevereiro de 1821. AHU_CU_022, Cx. 9, D. 22.
- 16 Ofício do Governador de Sergipe, Carlos César Bulamarqui para Tomás Antônio de Vila Nova Portugal dando ciência dos acontecimentos que envolveram sua posse no governo de Sergipe. Sergipe del Rey, 23 de fevereiro de 1821. AHU_CU_022, Cx. 9, D. 22.

Às 6h da manhã do dia 20 de fevereiro de 1821, Luiz Machado e um ajudante apareceram na casa em que o Burlamaqui se hospedava, com uma mala contendo 3 cartas do Governo da Bahia¹⁷ para Machado (um falava sobre o sucesso do dia 10 na Bahia; outra ordenava o juramento geral; e a outra dizia para não dar posse a Burlamaqui e expulsá-lo fora da Capitania¹⁸). Diante das autoridades e pessoas da Cidade de Sergipe, as duas cartas régias foram lidas, e, sabendo das coisas que se passavam na Bahia, Carlos Burlamaqui fez um discurso apoiado por Luiz Machado que persuadiu todos os presentes a seguirem as ordens do Rei e dar posse a ele.

Em 20 de fevereiro de 1821, na Igreja Matriz de Nossa Senhora Victória na Cidade de São Cristóvão diante do presidente da Câmara da Cidade, Bento Antônio da Conceição Mattos, demais vereadores, procurador, e o Brigadeiro e Governador de Sergipe Luiz Antônio da Fonseca Machado¹⁹ deram posse a Carlos César Francisco Burlamaqui²⁰. (BRITO, 1983, p. 68) Depois da posse, todos se retiraram e foram para as suas casas. No mesmo dia, diante das maiores autoridades civis e militares chegaram 3 cartas vindas da Bahia assinadas por José Caetano de Paiva, secretário da Junta Provisória da Bahia (composta por 9 membros), secretário e junta desconhecidos por Sergipe²¹, para não dar posse ao novo governador. Carlos Burlamaqui, logo, impediu que a Província de Sergipe fosse insultada pela Bahia, evitou comunicações e continuou o comércio com a Bahia. Burlamaqui se viu numa situação delicada, por falta de gente de confiança, sem recursos e força militar, teve que confiar nos oficiais comandantes, donos de grandes propriedades de lavouras de açúcar e algodão com negócios



- 17 Ofício do Governador de Sergipe, Carlos César Bulamarqui para Tomás Antônio de Vila Nova Portugal dando ciência dos acontecimentos que envolveram sua posse no governo de Sergipe. Sergipe del Rey, 23 de fevereiro de 1821. Fl. 1. AHU_CU_022, Cx. 9, D. 22.
- 18 Ofício do governador de Sergipe d'El-Rei, Carlos César Burlamaque, preso no forte do mar da Bahia, ao secretário de estado dos Negócios do Reino, Inácio da Costa Quintela, remetendo vários documentos, nos quais justifica e garante a sua fidelidade. 1821, Maio, 12, Bahia. Fl.8. AHU_ACL_CU_005, Cx. 263, D. 18581.
- 19 Considerado pela Junta Provisória da Bahia junto com seu irmão Jozé Antônio da Fonseca Machado traidores da causa Constitucional. Em 24 ou 25 de fevereiro de 1821, Luiz Antônio da Fonseca Machado havia saído de São Cristóvão e partido para o Rio de Janeiro.
- 20 Ofício de Carlos César Bulamarqui, Governador de Sergipe del Rey para Tomás Antônio Vila Nova, comunicando que por ter tomado posse muito recentemente não pode dar conta ainda do estado das finanças da Província. Sergipe del Rey, 23 de fevereiro de 1821. AHU_CU_022, Cx. 9, D. 19.
- 21 Carta das autoridades constituídas de Sergipe del Rey, ao Rei[D. João VI], notificando a chegada de um emissário da Junta Provisória da Bahia, o qual não reconheceu por fidelidade ao Rei. Sergipe del Rey, 23 de fevereiro de 1821. AHU_CU_022, Cx. 9, D. 21.

na Bahia²². Pela primeira vez, os sergipenses²³ liderados pelas autoridades presentes na Cidade de São Cristóvão assinariam e se comprometeriam a obedecer a um governo independente da Bahia. (SANTOS, 2017, p. 49)

No dia 12 de março de 1821, desembarcou na Barra da Estância a Força Armada vinda da Bahia comandada pelo coronel Bento da França Pinto Oliveira. No dia 13 de março, tinha chegado a Cidade de Sergipe um ajudante de Milícias Francisco Correia da Silva espalhando proclamações e persuadindo a gente da cidade para que se revoltassem antes da chegada da Força. O povo não aprovou tal medida. No dia 14 de março, a Força marchou sobre Sergipe e nesse mesmo dia a gente da Estância foi obrigada a jurar a constituição, no dia 15 de março foi a vez da Povoação das Laranjeiras²⁴ e depois Santo Amaro. (CARVALHO, 1914, p. 67)

No dia 17 de março a tarde, o ajudante Francisco Correia da Silva e o tenente português José Vaz Lopes fizeram um motim na Cidade de São Cristóvão e foram presos por falta de respeito e ordem militar²⁵, mas depois foram soltos. Na mesma tarde do dia 17 de março de 1821, pela proximidade da Força Armada e pelo estado das coisas, Carlos Burlamaqui entregou o Governo da Província interinamente a Câmara de São Cristóvão. No dia 18 de março, o Coronel Bento da França Pinto e Oliveira invadiu a Cidade de São Cristóvão com a Força Armada vinda da Bahia e a Auxiliadora da Estância, obrigou as autoridades presentes na Câmara a jurarem a Constituição. Levaram presos por não jurarem Carlos Burlamaqui²⁶ (**Governador**), Frederico Leopoldo C. Burlamaqui (Tenente), Trajano Cesar Burlamaqui (Alferes), José Antônio Fernandes (Secretário de governo), Manoel José de Castro (Capitão), José do Carmo Ribeiro (Tenente), João Maria Sampaio (Alferes), Felício Paes, Serafim Alves da Rocha (Vigário Paroquial e Geral), Antônio José Gonçalves de Figueiredo (Vigário Colado

- 22 Ofício do Governador de Sergipe, Carlos César Bulamarqui para Tomás Antônio de Vila Nova Portugal dando ciência dos acontecimentos que envolveram sua posse no governo de Sergipe. Sergipe del Rey, 23 de fevereiro de 1821. Fl. 1. AHU_CU_022, Cx. 9, D. 22.
- 23 Utilizamos o gentílico sergipense para denominar aqueles indivíduos que nasceram ou moraram no termo da Comarca de Sergipe de El Rei até 1823, seguindo as fontes de época: *sergipensis*.
- 24 Ofício do governador de Sergipe d'El-Rei, Carlos César Burlamaque, preso no forte do mar da Bahia, ao secretário de estado dos Negócios do Reino, Inácio da Costa Quintela, remetendo vários documentos, nos quais justifica e garante a sua fidelidade. 1821, Maio, 12, Bahia. Fl.9. AHU_ACL_CU_005, Cx. 263, D. 18581.
- 25 Ofício do governador de Sergipe d'El-Rei, Carlos César Burlamaque, preso no forte do mar da Bahia, ao secretário de estado dos Negócios do Reino, Inácio da Costa Quintela, remetendo vários documentos, nos quais justifica e garante a sua fidelidade. 1821, Maio, 12, Bahia. Fl.9. AHU_ACL_CU_005, Cx. 263, D. 18581.
- 26 Tinha-se evidências que o governador Carlos Cesar Burlamaqui possuía relações estreitas com Pernambuco por isso foi preso e conduzido a Salvador. Carta da Junta Provisional do Governo da Bahia ao rei [D. João VI] expando a razão de todos os atos tomados em relação à capitania de Sergipe. Fl. 13. AHU-Baía, cx. 253, doc. 48.

da Freguesia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba – Jurou a Constituição). No dia 20 de março, Pedro Vieira de Mello havia tomado posse como Governador interino da Comarca de Sergipe.²⁷

No dia 8 de abril de 1821, já na Bahia, **Carlos Burlamaqui** ainda recebia o apoio de sergipenses para a manutenção do Governo de Sergipe.²⁸ Apesar que “foi lamentável ao caráter sergipano que o apoio de Burlamarqui a nossa independência, não encontrou adesão dos filhos de maior representação”, conforme Felisbelo Freire (1977. p. 238).

Em 21 de julho 1821, por meio de uma Portaria do Governo da Bahia, Sergipe passava a condição de Comarca dependente da Bahia. A volta de Sergipe para a jurisdição da Bahia, segundo a Junta Provisória do Governo da Bahia, foi motivada para manter “a segurança e conservação das relações comerciais dos habitantes de Sergipe e Bahia, e dar prosperidade a Comarca”.²⁹ Sergipe retornaria à condição de independente em 5 de dezembro de 1822, confirmada por D. Pedro I. (PRADO, 1919. p. 246)

O que significou a prisão do governador? Significou por um lado: 1º) a primeira tentativa de constituir um governo totalmente sergipense, quando a Câmara de São Cristóvão assumiu a administração; 2º) a união de algumas autoridades políticas, eclesiásticas e militares em torno da manutenção da independência (assinam o Livro de Vereações da Câmara de Sergipe, enviam Representações e Memórias ao Rei). Por outro: 1º) significou a perda da liberdade, valor, lealdade, direitos, honra e respeito; 2º) a sujeição a Constituição Portuguesa; 3º) a subordinação de jurisdição fazendária, jurídica, militar e eclesiástica à Bahia; 4º) surgimento de um estado de desordens, traições, subornos e tramas; 5º) a lealdade dos habitantes da Povoação da Estância ao Madeira³⁰; 6º) a primeira tentativa de agenciar a identidade sergipense. A identidade é um “ser percebido que existe fundamentalmente pelo reconhecimento dos outros”. (BOURDIEU, 1989. p. 117) As lutas a respeito de características sociais e culturais ligadas à origem de Sergipe: como a memória do passado, a língua, o pertencimento ao lugar, o estilo de vida e o comportamento social; são lutas pelo monopólio de fazer ver e crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer. (BOURDIEU, 1989, p. 113)

27 Ofício dirigido a Junta da Bahia pelo Brigadeiro Pedro Vieira de Mello. Quartel de Sergipe d’ElRei, em 21 de março de 1821. Fl. 1. APEB – Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. Fundo: Governo Geral/ Governo da Capitania. Correspondência Recebida Dos Capitães-Mores. Maço 423.

28 Abaixo assinado informando que uma força armada da Província da Bahia o deslocou e derrubou do Governo de Sergipe d’El Rei para o qual Sua Majestade El’Rei o tinha nomeado. Cangragu, em 08 de abril de 1821. APEB - BR BAAPEB CIBB-COR-009-62.

29 Artigo D’officio. Para a Câmara da Cidade de Sergipe. Palácio do Governo da Bahia, 7 de março de 1822. BNRIO – Hemeroteca Digital. Diário Constitucional (BA) – 1822. Ano 1822. Edição 00024. Fl. 2.

30 Ofício relatando a situação que se encontra a Província de Sergipe d’El Rei. Quartel das Laranjeiras, em 29 de outubro de 1822. Fl. 1. APEB - BR BAAPEB CIBB-COR-001-59.



A fuga do malvado Vigário

Antônio José Gonçalves de Figueiredo era português, padre da Freguesia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba/SE, em 1821, descrito como déspota, soberbo, vingativo por condição, ambicioso, adulator, manipulador, prepotente e violento.³¹ Pessoa controversa e polêmica.

O Pe. Antônio Figueiredo estava presente na casa do Burlamaqui, quando foi passado o governo para a Câmara de São Cristóvão, assinando e apoiando a independência de Sergipe. No dia 5 de maio de 1821, a Câmara de São Cristóvão redigia uma representação a D. João VI e ao congresso das cortes portuguesas pedindo a independência de Sergipe, e foi Antônio Figueiredo o autor dessa representação. (FREIRE, 1977, p. 243) O padre, também, foi escolhido para levar a representação até o Rei.

Logo, a Junta Provisória do Governo da Bahia ordenou que prendesse o dito vigário.³² Em 27 de abril 1821, o Capitão Felix Barreto Vasconcelos e Menezes, Vicente Luiz de Freitas, o Alferes Bernardo José Ribeiro de Oliveira, e João Francisco Nepomuceno lideravam um abaixo-assinado contra a falsidade do vigário Antônio José Gonçalves de Figueiredo que havia antes jurado e assinado a Constituição.³³ Depois de preso e solto, o Pe. Antônio Figueiredo começou uma maquiavélica amizade com Pedro Vieira de Mello (o primeiro a assinar o abaixo-assinado contra o Padre), a quem o pôs como amigo necessário. Pedro Vieira de Mello era brasileiro, homem estúpido e miserável. (SOUZA, 1834, p. 189) Logo, o Vigário Figueiredo começou a tratar Pedro Vieira da melhor forma, para assim o pôr do seu jeito. O padre aconselhava o já velho Pedro V. de Mello, fazendo-se ele Vigário Governador. (SOUZA, 1834, p. 189) O Pe. Antônio Figueiredo só executava as ordens e leis que ele queria³⁴, dispersava o povo ou remetia



- 31 Correspondência. Sr. redactor do Echo da Patria. Lendo o seu elegante periodico n.º 27, nelle vi inserta a bem ajustada carta do Sr. Artigas sobre varios objectos politicos, sendo um delles, o tocar escassamente na escandalosa conducta do portuguez o padre Antonio José Gonçalves de Figueiredo, vigario do - Socorro da Cotinguiba - contra a sagrada causa do Brasil. Reimpresso no Rio de Janeiro: Na Imprensa Nacional, 1823. Fl. 1. John Carter Brown Library. Echo da Patria: suplemento ao número 29. Terça feira 2 de dezembro de 1823.
- 32 Oficio apresentando preso, o Vigário do Socorro Antonio Joze Gonsalves de Figueiredo. Quartel da Estância da Vila de Santa Luzia do Rio Real, em 02 de abril de 1821. APEB - BR BAAPEB CIBB-COR-009-45.
- 33 Abaixo assinado contra o Vigário da Freguesia de Nossa Senhora do Socorro de Cotinguiba, Antônio José Gonçalves de Figueiredo. Vila de Laranjeiras, 27 de abril 1821. APEB - BR BAAPEB CIBB-COR-010-41.
- 34 Correspondência. Sr. redactor do Echo da Patria. Lendo o seu elegante periodico n.º 27, nelle vi inserta a bem ajustada carta do Sr. Artigas sobre varios objectos politicos, sendo um delles, o tocar escassamente na escandalosa conducta do portuguez o padre Antonio José Gonçalves de Figueiredo, vigario do - Socorro da Cotinguiba - contra a sagrada causa do Brasil. Reimpresso no Rio de Janeiro: Na Imprensa Nacional, 1823. Fl. 2. John Carter Brown Library. Echo da Patria: suplemento ao número 29. Terça feira 2 de dezembro de 1823.

presos para a Bahia por qualquer suspeita e temor que estivessem reunidos pela causa do Brasil. (SOUZA, 1834, p. 189)

O Pe. Antônio Figueiredo destacou uma força de tropas para a Vila Nova do Rio de São Francisco com o intuito de impedir a passagem de Pedro Labatut. Remetia para a Bahia mantimentos para o Madeira de Mello. Além disso, realizava sermões e pregações junto aos fiéis contra o sistema adotado no Brasil, o Rei e as tropas da Bahia³⁵. Logo, o Pe. Antônio Figueiredo fora acusado de “ser contra a sagrada causa do Brasil³⁶, distribuir ordens, tomar contas aos Comandantes dos Corpos em nome do Brigadeiro Pedro Vieira de Mello³⁷, desviar do evangelho, suspeito de mandar assassinar o Padre Caetano da Silva Natividade de Lagarto³⁸”. Labatut se dirigiu aos habitantes de Laranjeiras afirmando que o Vigário estava esquecido de seu sagrado ministério, das leis dos evangelhos e que assim, persuadia o povo a rebelar-se.³⁹ Do dia 29 para o dia 30 de abril de 1822, o “malvado padre” no dizer de José de Barros Pimentel⁴⁰, fugiu em uma catraia para a Cidade da Bahia antes da chegada do destacamento do Pimentel, a fim de fazer aliados (Madeira) e enviar tropas para Sergipe.⁴¹ Ao chegar na Bahia



- 35 Consulta da Mesa do Desembargo do Paço sobre os requerimentos do padre Antonio José Gonçalves de Figueiredo, Vigário Collado da Freguezia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba do Arcebispado da Bahia, e a província de Sergipe d'El Rei. Processos agrupados e relacionados ao mesmo. Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1824. Fl.55. ANRJ - BR RJANRIO 2H.0.0.41/26.
- 36 Ele queria aclamar em Sergipe a Independência do Brasil e do Rei.
- 37 Correspondência. Sr. redactor do Echo da Patria. Lendo o seu elegante periodico n.º 27, nelle vi inserta a bem ajustada carta do Sr. Artigas sobre varios objectos politicos, sendo um delles, o tocar escassamente na escandalosa conducta do portuguez o padre Antonio José Gonçalves de Figueiredo, vigário do Socorro da Cotinguiba - contra a sagrada causa do Brasil. Reimpresso no Rio de Janeiro: Na Imprensa Nacional, 1823. Fl. 1. John Carter Brown Library. Echo da Patria: suplemento ao número 29. Terça feira 2 de dezembro de 1823.
- 38 Consulta da Mesa do Desembargo do Paço sobre os requerimentos do padre Antonio José Gonçalves de Figueiredo, Vigário Collado da Freguezia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba do Arcebispado da Bahia, e a província de Sergipe d'El Rei. Processos agrupados e relacionados ao mesmo. Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1824. Fl. 60. ANRJ - BR RJANRIO 2H.0.0.41/26.
- 39 Proclamação do General Labatut aos habitantes de Laranjeiras. Quartel General das Laranjeiras, em 12 de outubro de 1822. Fl. 1. ANRJ – Seção dos Ministérios.
- 40 Ofício relatando a situação que se encontra a Província de Sergipe d'El Rei. Quartel das Laranjeiras, em 29 de outubro de 1822. Fl. 1. APEB - BR BAAPEB CIBB-COR-001-59.
- 41 Correspondência. Sr. redactor do Echo da Patria. Lendo o seu elegante periodico n.º 27, nelle vi inserta a bem ajustada carta do Sr. Artigas sobre varios objectos politicos, sendo um delles, o tocar escassamente na escandalosa conducta do portuguez o padre Antonio José Gonçalves de Figueiredo, vigario do - Socorro da Cotinguiba - contra a sagrada causa do Brasil. Reimpresso no Rio de Janeiro: Na Imprensa Nacional, 1823. Fl. 3. John Carter Brown Library. Echo da Patria: suplemento ao número 29. Terça feira 2 de dezembro de 1823.

não obteve apoio e acabou fugindo para o Rio de Janeiro⁴². Assim, seus bens⁴³ foram confiscados e passou a responder por deserção e crime de Lesa Nação.⁴⁴ Pedro Labatut alegando falsamente que a Freguesia de Socorro se encontrava sem vigário colocou na vaga, Francisco Feliz Barreto de Menezes.⁴⁵

O que significou a fuga do malvado padre? Significou por um lado: 1º) o afastamento de um líder local que persuadia o povo das Laranjeiras e Socorro, que a Bahia queria Sergipe subordinada a ela, por não quererem pagar as grandes somas de dinheiro que deviam ao comércio de Sergipe; 2º) o afastamento de um defensor das Cortes de Portugal; 3º) a normalização das exportações de viveres para Bahia, tão necessárias para a sustentação das Tropas Lusitanas.⁴⁶ Por outro significou: 1º) uma segunda tentativa de união dos sergipenses contra os abusos cometidos pelo Governo da Bahia (quando se uniram a Companhia de Milicianos da Freguesia do Socorro e Vila do Lagarto, Manoel Gomes Coelho (Ouvidor de Sergipe), João Caetano de Faria (sacristão de Socorro), João (Padre), Julião (sócio), com o Pe. Antônio Figueiredo); 2º) a presença de resistências ao poder da Bahia (Vila Nova do Rio de São Francisco, e o Quaresma)⁴⁷; 3º) uma outra tentativa de tornar Sergipe independente da Bahia, com a instalação de um governo provisório na Cidade de São Cristóvão (1 de outubro de 1822)⁴⁸ e outro na Povoação das Laranjeiras⁴⁹.

- 42 Consulta da Mesa do Desembargo do Paço sobre os requerimentos do padre Antonio José Gonçalves de Figueiredo, Vigário Collado da Freguezia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba do Arcebispado da Bahia, e a provincia de Sergipe dEI Rei. Processos agrupados e relacionados ao mesmo. Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1824. Fl.1. ANRJ - BR RJANRIO 2H.0.0.41/26.
- 43 Auto do sequestro dos bens do vigário Antônio José de Figueiredo, mandado proceder pelo general Labatut em 12 de outubro de 1822.
- 44 A Estrella Brasileira. N° 37. Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1824. Fl. 145. Internet Archive.
- 45 Consulta da Mesa do Desembargo do Paço sobre os requerimentos do padre Antonio José Gonçalves de Figueiredo, Vigário Collado da Freguezia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba do Arcebispado da Bahia, e a provincia de Sergipe dEI Rei. Processos agrupados e relacionados ao mesmo. Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1824. Fl.41. ANRJ - BR RJANRIO 2H.0.0.41/26.
- 46 Correspondencia. Sr. redactor do Echo da Patria. Lendo o seu elegante periodico n.º 27, nelle vi inserta a bem ajustada carta do Sr. Artigas sobre varios objectos politicos, sendo um delles, o tocar escassamente na escandalosa conducta do portuguez o padre Antonio José Gonçalves de Figueiredo, vigario do - Socorro da Cotinguiba - contra a sagrada causa do Brasil. Reimpresso no Rio de Janeiro: Na Imprensa Nacional, 1823. Fl. 3. John Carter Brown Library. Echo da Patria: suplemento ao número 29. Terça feira 2 de dezembro de 1823.
- 47 Oficio relatando a situação que se encontra a Província de Sergipe d'El Rei. Quartel das Laranjeiras, em 29 de outubro de 1822. Fl. 1. APEB - BR BAAPEB CIBB-COR-001-59.
- 48 Oficio informando que instalou, ilegalmente, um Governo Provisório. Quartel General de Sergipe d'El Rey, em 18 de outubro de 1822. Fl. 1. APEB - BR BAAPEB CIBB-COR-001-18.
- 49 Oficio relatando a situação que se encontra a Província de Sergipe d'El Rei. Quartel das Laranjeiras, em 29 de outubro de 1822. Fl. 1. APEB - BR BAAPEB CIBB-COR-001-59.

A trama de um Coronel corrompido

O Coronel José de Barros Pimentel⁵⁰ era filho de Gabriel Tavares dos Reis e de sua mulher D. Cardoza Accioli de Vasconcelos, natural da Freguesia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba, solteiro, católico⁵¹, se declarava brasileiro e defensor da causa do Brasil. Barros Pimentel era amigo de Pedro Labatut. Segundo o General Pedro Labatut, o Pimentel era pessoa de muita estima e confiança, brasileiro e um patriota honrado.⁵² O Padre Antônio Figueiredo queria que Pedro Labatut passasse um atestado contra o Coronel José de Barros Pimentel. Labatut por não fazer o atestado, foi alvo de várias queixas por parte do Pe. Antônio Figueiredo.⁵³

Na visão de Jose Matheus da Graça Leite Sampaio, desde o dia que antecedeu a posse de Carlos Burlamaqui, José de Barros Pimentel movido por inconstância e vingança conseguiu convencer outras pessoas para a sua causa. Pimentel obrigava a população a se silenciar diante de Pedro Labatut. Ser sergipense era ser pacífico e fiel. Foi Barros Pimentel juntamente com o Labatut que suspenderam a Junta Provisória do Governo de Sergipe (1 de outubro de 1822). Numa ação de suborno, Pimentel recebeu o Comando Militar Geral da Comarca de Sergipe em troca da dissolução da referida Junta e apoio a Labatut. Em seguida, Pimentel tomou posse do governo de Sergipe. (FREIRE, 1977, p. 249) Um dos seus atos de governo mais controversos foi transferir a sede do governo de São Cristóvão para Laranjeiras. (ANTONIO, 2011, p. 276) José de Barros Pimentel não deseja a independência do Brasil e nem a emancipação de Sergipe. (FREIRE, 1977, p. 247)

A nomeação de Pimentel desagradou alguns membros da elite local. Pois, mesmo com o seu posicionamento a favor da independência do Brasil, ele era contrário à separação da Bahia. (ANTONIO, 2011, p. 273) O seu governo não levava consenso político a Sergipe. Quando ele se referia ao 8 de julho, via como algo “extinto” e o retorno da autonomia através da formação da Junta era “um ato impolítico” dos políticos de Sergipe. (ANTONIO, 2011, p. 273)

A sua ambição e soberba geraram transtornos políticos e moral. José de Barros Pimentel ordenou sequestrar, inventariar, avaliar e arrematar



50 Governador das Armas de Sergipe.

51 Inventário de José de Barros Pimentel, 07/03/1851. Fl. 10. AGJS - AJU/C.2º OF. Inventário – Cx.12/2319.

52 Ofício informando que instalou, ilegalmente, um Governo Provisório. Quartel General de Sergipe d’El Rey, em 18 de outubro de 1822. Fl. 1. APEB - BR BAAPEB CIBB-COR-001-18.

53 A Estrella Brasileira. Nº 37. Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1824. Fl. 145. Internet Archive.

os bens dos portugueses europeus dissidentes da Santa Causa.⁵⁴ O corrompido Coronel ganhou 30 mil cruzados dos pedidos públicos e mais de 200 mil cruzados dos bens sequestrados dos europeus.⁵⁵ Desgraçado Brasil? Infeliz Sergipe se o Coronel Barros Pimentel ficasse no governo intendendo-se secretamente com o General Pedro Labatut a bem da nação e causa do Brasil⁵⁶, dizia Jose Matheus da Graça Leite Sampaio.

Em 06 de junho de 1823, José de Barros Pimentel representando o Imperador, queria evitar a fuga do General Labatut.⁵⁷ Já em 01 de julho de 1823, o Coronel José de Barros Pimentel era considerado em Sergipe como desertor⁵⁸ e traidor. Também, pesava contra ele a denúncia de desenganho dos donativos das caixas militares de Sergipe. Por fim, Pimentel permaneceu no poder até 1823. (ANTONIO, 2011, p. 280)

O que significou a corrupção do Coronel? Significou por um lado: 1º) o que o sergipense não era a época; 2º) a terceira tentativa de separação dos sergipenses em relação a Bahia; 3º) adesão de Sergipe a causa da independência brasileira. Por outro: 1º) a manutenção de tramas políticas entre Sergipe e Bahia; 2º) a superioridade dos interesses pessoais em detrimento do bem comum coletivo.

Em Sergipe, quando os dominados nas relações de forças simbólicas entraram na luta de maneira isolada, não tiveram outra escolha a não ser a da aceitação (resignada ou provocante, submissa ou revoltada) da definição dominante da sua identidade (a relacionada a Bahia) ou da busca da assimilação. (BOURDIEU, 1989, p. 124)

Considerações Finais

Concluimos que de 1820 a 1823, período do processo da Independência do Brasil e de Sergipe, foi marcado pela presença de ideias políticas

54 Ofício informando recebimento de ordem para sequestrar, inventariar, avaliar e arrematar os bens dos portugueses europeus, dissidentes da Santa Causa e interroga como deve proceder visto que, uma Portaria do Conselho Interino determina o contrário, em respeito às esposas e filhos inocentes que não tem culpa da destinação do pai e marido. Povoação das Laranjeiras, 03 de fevereiro de 1823. Fl. 1. APEB - BR BAAPEB CIBB-COR-013-173.

55 Ofício sobre o comportamento do Brigadeiro João Barros Pimentel e do ex General Labatut. Palácio do Governo da Província de Sergipe, em 10 de junho de 1823. Fl. 1. APEB - BR BAAPEB CIBB-COR-004-08.

56 Ofício sobre o comportamento do Brigadeiro João Barros Pimentel e do ex General Labatut. Palácio do Governo da Província de Sergipe, em 10 de junho de 1823. Fl. 4. APEB - BR BAAPEB CIBB-COR-004-08.

57 Ofício informando sobre da chegada do Coronel Governador das Armas José de Barros Pimentel, representante do Imperador, afim de evitar a fuga do General Labatut. Vila da Cachoeira, em 06 de junho de 1823. Fl. 1. APEB - BR BAAPEB CIBB-COR-017-154.

58 Ofício declarando o reconhecimento do Coronel José de Barros Pimentel, como desertor. Palácio do Governo de Sergipe, 01 de julho de 1823. Fl. 1. APEB - BR BAAPEB CIBB-COR-002-17.



diferentes: ora absolutistas, ora liberais, ora constitucionalistas; por tramas políticas de grupos sociais divergentes movidas por interesse próprio; e pela construção de uma identidade sergipense como um produto construído historicamente. (BOURDIEU, 1989, p. 110) Entendemos a identidade sergipense no sentido de aspectos de nossas identidades que surgem de nosso “pertencimento” a culturas étnicas, linguísticas, religiosas e nacionais. (HALL, 2006) Essa identidade não foi fixa, mas formada e transformada continuamente por identificações e representações culturais que rodeavam os agentes, mesmo de forma temporária. A identidade sergipense foi multiplamente construída por meio de discursos, práticas e posições que poderiam se cruzar ou ser antagônicos. Tal identidade foi sujeita a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação.

97



Desta forma, no processo de independência de Sergipe a identidade sergipense foi ressignificada por meio de uma complexa teia de interações simbólicas, sociais, políticas e econômicas entre os colonos de Sergipe/Bahia/Alagoas/Pernambuco e Brasil/Portugal. Num ambiente de ressignificação não há ainda um discurso ou prática hegemônica. É um cenário de multiplicidade de posicionamentos, de conflitos, de negociações, de estratégias e de ações. Ao pensarmos o processo de independência de Sergipe de maneira conectada, apontamos para uma possibilidade interpretativa em que revelaria a importância geopolítica de Sergipe perante o Império Português. As três histórias aqui narradas se conectam na questão da identidade. (SUBRAHMANYAM, 2005) O que deslocaria a discussão do processo da Independência de Sergipe para a perspectiva sociológica. Assim, abrindo-se a possibilidade de pensar o surgimento do sergipense a partir de uma memória (independência) em ação e construção.

Por último, a independência local se conectou com diferentes conjunturas políticas e ideológicas dentro e fora do Império Português. Isso, fez com que o processo de Independência de Sergipe fosse influenciado direta ou indiretamente pelos acontecimentos de sua época, tais como: a Revolução do Porto, a Crise do Sistema Colonial Português, as Cortes Gerais e Extraordinárias, o Movimento Constitucional, a Guerra pela Independência na Bahia, a Independência do Brasil, as Juntas Governativas, as Independências da América Espanhola, Inglesa e o Liberalismo.

Fontes impressas

- Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BR)

SOUZA, Antonio Muniz de. *Viagens e observações de um brasileiro*: que desejando ser útil à sua pátria se dedicou a estudar os usos e costumes dos seus patrícios, e os três reinos da natureza, em vários lugares e sertões do Brasil,

oferecidas à nação brasileira. Tomo 1. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1834. p. 189.

- **Biblioteca do Internet Archive**

A Estrella Brasileira. N.º 37. Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1824. Fl. 145. Internet Archive.

- **John Carter Brown Library (EUA)**

BRITO, Paulo Jozé de Mello Azevedo e. **Carta de hum membro da preterita junta do governo provisional da provincia da Bahia:** com hum appendice. 1822. Moraes, R.B. de. Bib. Brasiliana (1983 ed.). Fl. 25.

Correspondência. Sr. redactor do Echo da Patria. Lendo o seu elegante periodico n.º 27, nelle vi inserta a bem ajustada carta do Sr. Artigas sobre varios objectos politicos, sendo um delles, o tocar escassamente na escandalosa conducta do portuguez o padre Antonio José Gonçalves de Figueiredo, vigario do - Socorro da Cotinguiba - contra a sagrada causa do Brasil. Reimpresso no Rio de Janeiro: Na Imprensa Nacional, 1823. Fl. 1. John Carter Brown Library. Echo da Patria: suplemento ao número 29. Terça feira 2 de dezembro de 1823.



Fontes manuscritas

- **Arquivo da Câmara dos Deputados (BR)**

Decreto de 8 de julho de 1820. Isenta a Capitania de Sergipe da sujeição ao governo da Bahia, declarando-a independente totalmente. Collecção das Leis do Brazil de 1820. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1889.

- **Arquivo do Judiciário de Sergipe (BR)**

Inventário de José de Barros Pimentel, 07/03/1851. Fl. 10. AGJS - AJU/C.2º OF. Inventário – Cx.12/2319.

- **Arquivo Histórico Ultramarino (PT)**

Carta (cópia) do [governador do Piauí], Carlos César Burlamaqui, ao príncipe regente [D. João], sobre a sua suspensão do governo do Piauí, a sua prisão e o sequestro de seus bens, documentos e papéis particulares, sem haver nenhum processo contra sua pessoa, para defender-se das intrigas que contra ele fizeram as autoridades do Maranhão; a sua substituição por um oficial nomeado pelo governador e capitão-general do Estado do Maranhão, [D. José Tomás de Meneses], contrariando as leis reais; e solicitando retornar ao seu posto. 1810, Outubro, 30, Oeiras do Piauí. AHU-Piauí, cx. 23, doc. 35.

Carta da Junta Provisional do Governo da Bahia ao rei [D. João VI] expondo a razão de todos os atos tomados em relação à capitania de Sergipe. Fl. 13. AHU-Baía, cx. 253, doc. 48.

Carta das autoridades constituídas de Sergipe del Rey, ao Rei[D. João VI], notificando a chegada de um emissário da Junta Provisória da Bahia, o qual não reconheceu por fidelidade ao Rei. Sergipe del Rey, 23 de fevereiro de 1821. AHU_CU_022, Cx. 9, D. 21.

Carta do governador Piauí, Carlos César Burlamaqui, ao príncipe regente [D. João], sobre sua posse no dito cargo, formalizada pela Câmara da cidade de Oeiras do Piauí, 22 de janeiro de 1806. AHU_CU_016, Cx. 29, D. 1474.

Decreto do príncipe regente D. João, nomeando o capitão de Infantaria da Legião de Tropas Ligeiras, Carlos César Burlamaqui, como governador da capitania do Piauí. Queluz, 28 de Janeiro de 1805. AHU_CU_016, Cx. 28, D. 1431.

Ofício de Carlos César Bulamarqui, Governador de Sergipe del Rey para Tomás Antônio Vila Nova, comunicando que por ter tomado posse muito recentemente não pode dar conta ainda do estado das finanças da Província. Sergipe del Rey, 23 de fevereiro de 1821. AHU_CU_022, Cx. 9, D. 19.

Ofício do [ex-governador do Piauí], Carlos César Burlamaqui, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde das Galveias, [João de Almeida Melo e Castro], sobre a forma injusta como foi afastado do governo do Piauí pelo governador do Maranhão, [D. José Tomás de Meneses]. 1810, Dezembro, 10, [Maranhão]. AHU-Piauí, cx. 23, doc. 35.

Ofício do governador de Sergipe d'El-Rei, Carlos César Burlamaque, preso no forte do mar da Bahia, ao secretário de estado dos Negócios do Reino, Inácio da Costa Quintela, remetendo vários documentos, nos quais justifica e garante a sua fidelidade. 1821, Maio, 12, Bahia. AHU_ACL_CU_005, Cx. 263, D. 18581.

Ofício do Governador de Sergipe, Carlos César Bulamarqui para Tomás Antônio de Vila Nova Portugal dando ciência dos acontecimentos que envolveram sua posse no governo de Sergipe. Sergipe del Rey, 23 de fevereiro de 1821. Fl. 1. AHU_CU_022, Cx. 9, D. 22.

Requerimento do tenente da Legião de Tropas Ligeiras, Carlos César Burlamaque, para a rainha [D. Maria I], solicitando a sua nomeação para o posto de sargento-mor do Regimento do Macapá. [Post. 1799, abril, 2, Pará]. AHU_CU_013, Cx. 114, D. 8847.

- **Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (BR)**

Auto do sequestro dos bens do vigário Antônio José de Figueiredo, mandado proceder pelo general Labatut em 12 de outubro de 1822.

Consulta da Mesa do Desembargo do Paço sobre os requerimentos do padre Antonio José Gonçalves de Figueiredo, Vigário Collado da Freguezia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba do Arcebispado da Bahia, e a província de Sergipe dEl Rei. Processos agrupados e relacionados ao mesmo. Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1824. Fl.55. ANRJ - BR RJANRIO 2H.0.0.41/26.

Decreto sem nº, torna independente a capitania de Sergipe, que estava subordinada à da Bahia, 8/7/1820. ANRIO - BR RJANRIO 22.0.0.6048

Proclamação do General Labatut aos habitantes de Laranjeiras. Quartel General das Laranjeiras, em 12 de outubro de 1822. Fl. 1. ANRJ – Seção dos Ministérios.

- **Arquivo Nacional da Torre do Tombo (PT)**

Carta régia do príncipe regente D. João ao bispo do Maranhão, D. Luís de Brito



Homem, e mais governadores interinos da capitania do Maranhão, sobre o desacerto e estranho procedimento praticado com o governador da capitania do Piauí, Carlos César Burlamaqui. Palácio do Rio de Janeiro, 1811-03-08. ANTT - Projecto Reencontro mf. 130. (Col. IHGB DL 178,47.02) 1412.

- **Arquivo Público do Estado da Bahia (BR)**

Abaixo assinado contra o Vigário da Freguesia de Nossa Senhora do Socorro de Cotinguiba, Antônio José Gonçalves de Figueiredo. Vila de Laranjeiras, 27 de abril 1821. APEB - BR BAAPEB CIBB-COR-010-41.

Abaixo assinado informando que uma força armada da Província da Bahia o deslocou e derrubou do Governo de Sergipe d'El Rei para o qual Sua Majestade El' Rei o tinha nomeado. Cangragu, em 08 de abril de 1821. APEB - BR BAAPEB CIBB-COR-009-62.

Ofício apresentando preso, o Vigário do Socorro Antonio Joze Gonsalves de Figueiredo. Quartel da Estância da Vila de Santa Luzia do Rio Real, em 02 de abril de 1821. APEB - BR BAAPEB CIBB-COR-009-45.

Ofício declarando o reconhecimento do Coronel José de Barros Pimentel, como desertor. Palácio do Governo de Sergipe, 01 de julho de 1823. Fl. 1. APEB - BR BAAPEB CIBB-COR-002-17.

Ofício dirigido a Junta da Bahia pelo Brigadeiro Pedro Vieira de Mello. Quartel de Sergipe d'ElRey, em 21 de março de 1821. Fl. 1. APEB – Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. Fundo: Governo Geral/ Governo da Capitania. Correspondência Recebida Dos Capitães-Mores. Maço 423.

Ofício informando que instalou, ilegalmente, um Governo Provisório. Quartel General de Sergipe d'El Rey, em 18 de outubro de 1822. Fl. 1. APEB - BR BAAPEB CIBB-COR-001-18.

Ofício informando recebimento de ordem para sequestrar, inventariar, avaliar e arrematar os bens dos portugueses europeus, dissidentes da Santa Causa e interroga como deve proceder visto que, uma Portaria do Conselho Interino determina o contrário, em respeito às esposas e filhos inocentes que não tem culpa da destinação do pai e marido. Povoação das Laranjeiras, 03 de fevereiro de 1823. Fl. 1. APEB - BR BAAPEB CIBB-COR-013-173.

Ofício informando sobre da chegada do Coronel Governador das Armas José de Barros Pimentel, representante do Imperador, afim de evitar a fuga do General Labatut. Vila da Cachoeira, em 06 de junho de 1823. Fl. 1. APEB - BR BAAPEB CIBB-COR-017-154.

Ofício relatando a situação que se encontra a Província de Sergipe d'El Rei. Quartel das Laranjeiras, em 29 de outubro de 1822. Fl. 1. APEB - BR BAAPEB CIBB-COR-001-59.

Ofício sobre o comportamento do Brigadeiro João Barros Pimentel e do ex General Labatut. Palácio do Governo da Província de Sergipe, em 10 de junho de 1823. Fl. 1. APEB - BR BAAPEB CIBB-COR-004-08.



- **Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BR)**

Artigo D'office. Para a Câmara da Cidade de Sergipe. Palácio do Governo da Bahia, 7 de março de 1822. BNRIO – Hemeroteca Digital. Diário Constitucional (BA) – 1822. Ano 1822. Edição 00024. Fl. 2.

Referências bibliográficas

ANTONIO, Edna Maria Matos. **A independência do solo que habitamos: poder, autonomia e cultura política na construção do império brasileiro - Sergipe (1750-1831)**. 2011. 392 f. Tese (Tese em História) Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca: [s.n.], 2011.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CARVALHO, José Pinto de. Apontamentos sobre alguns atos da vida pública do cidadão brasileiro José Pinto de Carvalho. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n.3, v.1, 1914.

DANTAS, José Ibarê Costa. A Política em Sergipe Provincial (1820-1889). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Edição n. 46: Volume 1 - Dossiê Sergipe Provincial. Aracaju: IHGSE, 2016.

FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe**. Petrópolis: Vozes, 1977.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª. Edição. São Paulo: DP&A, 2006.

LEMONS, Antônio Cleber da Conceição. **Da “causa constitucional” à “causa da independência”**: os discursos e debates parlamentares da representação da Bahia nas Cortes Gerais de Lisboa e na Assembleia Geral Constituinte do Rio de Janeiro (1821-1823). 156 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, 2018.

NUNES, Maria Thetis. **História de Sergipe a partir de 1820**. Rio de Janeiro: Catedra, Brasília, DF: INL, 1978.

PRADO, Ivo do. **A capitania de Sergipe e suas ouvidorias: memória sobre questões de limites**. Rio de Janeiro: Papelaria Brazil, 1919.

SANTOS, Anderson Pereira dos. **Os afortunados do ultramar: riqueza e distinção na cidade de Sergipe Del Rei (1750-1808)**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. **Explorations in Connected History. From the Tagus to the Ganges**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

